



## TENDÊNCIAS E DEBATES – FOLHA DE S. PAULO – 28/07/2017

### Reforma trabalhista e orçamento

ROBERTA DE OLIVEIRA SOUZA

Como já dizia o dominicano Jean Baptiste Henri Dominique Lacordaire, “entre os fortes e fracos, entre os ricos e pobres, entre senhores e servos, é a liberdade que oprime e a lei que liberta”.

Foi nessa perspectiva que o direito do trabalho foi criado, pois para combater uma desigualdade é preciso criar outra, como afirmava o jurista uruguaio Eduardo Juan Couture.

Enquanto cidadãos e operadores do direito, nosso dever é lutar por ele, mas quando o direito se digladiava com a justiça, devemos lutar por ela, para que uma sociedade humanamente viável e dignificante prevaleça em detrimento dos interesses puramente políticos e do capital.

Evidencia-se, portanto, que a reforma trabalhista é resultado de uma postura do Legislativo e do Executivo cujo escopo é refrear a atuação progressista e protetiva dos direitos fundamentais dos trabalhadores.

Tal proteção não pode retroagir, sendo inconstitucional qualquer tentativa tendente a revogar direitos sociais já regulamentados sem a elaboração de meios opcionais aptos a compensarem a aniquilação desses benefícios.

**Como fazer uma sociedade livre e justa pra todos os cidadãos se a classe trabalhadora é quem paga o preço da “modernidade”?**

Destaca-se, por oportuno, que a reforma não é fruto da vontade do povo, pois em termos de cidadania a população não foi ouvida.

Dentre os diversos mecanismos de escuta da opinião pública, o e-Cidadania, do Senado, revela, em consulta realizada em 11 de julho de 2017, uma discrepância enorme entre os que apoiam a proposição (16.788 votos) e os contrários a ela (172.147 votos).

Nesse sentido, como construir uma sociedade livre, justa e solidária se a classe trabalhadora paga o preço da “modernidade” e do “progresso”? De que maneira o desenvolvimento nacional será garantido sem uma gestão responsável do orçamento público e com o colapso resultante da imoralidade do Executivo e do Legislativo?

Isso sem falar da demanda por mais investimentos em transporte,

educação, saúde pública e saneamento básico.

Diante do exposto, indagamos ao leitor: será que antes de aprovar, sancionar e promulgar de forma vertiginosa a reforma trabalhista, precarizando as relações de emprego, não seria o caso de promover a responsabilização dos agentes públicos que se utilizam das receitas públicas a seu bel prazer?

Como em qualquer atividade humana, a execução orçamentária precisa ser devidamente acompanhada, fiscalizada e controlada.

Para tanto, a Constituição Federal dispõe de uma seção específica para estruturar e disciplinar a matéria (artigos 70 a 75). E, na mesma linha, há a Lei de Responsabilidade Fiscal (nos artigos 43 a 59).

Portanto, pode-se concluir que as finanças públicas e as normas orçamentárias brasileiras são regidas por preceitos que prezam pela justiça na arrecadação, eficiência na aplicação, transparência nas informações e rigor no controle das contas públicas, o que claramente não vem acontecendo.

ROBERTA DE OLIVEIRA SOUZA, advogada, é pós-graduada em direito e processo do trabalho pela Universidade Cândido Mendes

## Metroviários e ferroviários ameaçam parar

Funcionários do Metrô e da CPTM podem cruzar os braços na próxima terça (1º) na capital paulista. Com pautas distintas, as duas categorias ameaçam uma paralisação de 24 horas, que pode ser a terceira dos metroviários neste ano e a segunda dos ferroviários. No caso dos metroviários, a categoria protesta contra a terceirização das bilheterias e a privatização da linha 5-lilás. O sindicato afirma não ter havido nenhum tipo de discussão sobre a mudança nas bilheterias e que teme a precarização do serviço e demissões de funcionários quando ela foi concluída.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 28/07/2017

## Portuários e sindicalistas dão adeus a Robson Apolinário

Eram 16h32, quando o corpo do sindicalista Robson Apolinário, de 61 anos, deixou a sede do Sindicato dos Operários Portuários (Sintraport), onde foi velado desde à tarde de quarta-feira, sendo conduzido no carro funerário da Santa Casa de Santos para o cemitério da Filosofia, no bairro do Saboó. O seu desejo, manifestado sempre em conversas com colegas de diretoria e portuários, de ser velado na sede do sindicato, foi realizado pelo presidente Claudiomiro Machado, Miro, com autorização de familiares. O velório começou na tarde de quarta-feira e se estendeu por toda a noite e continuou até o momento do enterro.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 28/07/2017

## Grande SP tem 2 milhões de desempregados atualmente

A região metropolitana de São Paulo atingiu em junho 2,07 milhões de desempregados, 42 mil a menos do que em maio, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego divulgada nesta quarta-feira, pela Seade (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados) e pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). As informações são da Agência Brasil. A taxa de desemprego na Região Metropolitana de São Paulo ficou relativamente estável com leve queda de 18,8% em maio para 18,6% em junho. Houve 0,6% de redução no nível de ocupação, com eliminação de 59 mil postos de trabalho. Na população economicamente ativa também houve queda, porque 101 mil pessoas deixaram o mercado de trabalho.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 28/07/2017

## Projeto de lei quer reduzir conta de luz em pelo menos 30%

Um projeto de lei em andamento na Câmara Federal quer que as concessionárias de energia elétrica retirem do cálculo da tarifa os custos referentes à previsão de inadimplência dos consumidores e às perdas financeiras causadas pelas ligações clandestinas. O texto passou esta semana pela Comissão de Defesa do Consumidor e agora depende só da avaliação de mais duas comissões: a de Minas e Energia e a de Constituição e Justiça; já que tramita em caráter conclusivo e não precisa passar por votação em plenário. Pelos cálculos dos parlamentares, pelo menos 30% do que é pago atualmente na conta de luz viria da cobrança desses dois pontos que a comissão quer exterminar. A proposta original é do deputado Edio Lopes (PR-RR), mas o projeto foi substituído por um outro texto do relator, o deputado Celso Russomanno (PRB-SP). "Numa sociedade justa, temos de corrigir as distorções, porque o consumidor já paga caro pela conta de luz. O Poder Público tem que fiscalizar para evitar esses gatos", informa o especialista em Economia Hélio Hallite.

**Leia mais:** <http://www.tribuna.com.br/noticias/noticias-detalle/cidades/projeto-de-lei-quer-reduzir-conta-de-luz-em-pelo-menos-30/?cHash=bb1042ecec0774e87ee9f716b0d37c94>

## Aquisição de transmissora da Isolux pela Cteep é aprovada sem restrições no Cade

SÃO PAULO (Reuters) - A aquisição pela elétrica Cteep TRPL4.SA de fatia detida pelo grupo espanhol Isolux IPO-ISOL.MC na transmissora de energia Interligação Elétrica Norte e Nordeste (Ienne) foi aprovada sem restrições pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), segundo despacho da superintendência do órgão no Diário Oficial da União desta quinta-feira. A Cteep, controlada pela colombiana ISA, já possuía 25 por cento na Ienne, onde a Isolux era majoritária, com 50 por cento. A empresa ainda tem como sócia a Cymi Construções, com 25 por cento. Com o negócio, a Cteep passará a ter 75 por cento da companhia, que opera uma linha de transmissão licitada em 2007, com prazo de concessão de 30 anos.

**Fonte:** <https://extra.globo.com/noticias/economia/aquisicao-de-transmissora-da-isolux-pela-ctEEP-aprovada-sem-restricoes-no-cade-21610369.html>

## Países do Brics discutem desafios do trabalho

Representantes dos países integrantes do Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) reuniram-se em Chongqing, na China, nos dias 26 e 27 de julho, para discutir e acordar sobre áreas específicas de cooperação nas quais enfrentem desafios de trabalho, emprego e segurança social, além de trocar informações e experiências de melhores práticas. A pauta faz parte da terceira reunião de Ministros do Trabalho e Emprego do grupo. A delegação brasileira foi formada por representantes do Ministério do Trabalho e do Ministério da Fazenda: a secretária de Inspeção do Trabalho, Maria Teresa Jensen, que chefiou a comitiva, a diretora do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho, Eva Patrícia Pires, a coordenadora geral de Análise Técnica da Assessoria Especial de Apoio ao ministro do Trabalho, Daniella Martins da Silva, a analista técnica de Políticas Sociais do Ministério do Trabalho, Maristela de Carvalho, o analista de Políticas Sociais Felipe Pateo (representando o Observatório Nacional do Mercado de Trabalho) e o secretário da Previdência da Secretaria da Previdência do Ministério da Fazenda, Marcelo Caetano.

Em janeiro de 2017, a China assumiu a presidência do bloco e propôs como temas prioritários durante seu mandato, no âmbito do Grupo de Trabalho sobre Emprego, os seguintes assuntos: governança do futuro do trabalho, habilidades para o desenvolvimento e sistema de seguridade social sustentável e universal. Ao fim do encontro foi emitida uma Declaração dos Ministros, afirmando que os países-membros irão focar ações na geração de emprego, na formalização do mercado de trabalho e na proteção social, em um cenário de desaceleração do crescimento.

"Governança do Futuro do Trabalho", "Habilidades para o Desenvolvimento", "Sistema de Segurança Social Universal e Sustentável" foram alguns dos painéis da reunião. Em 2016, sob a presidência da Índia, o grupo do Brics no âmbito do trabalho e emprego assumiu o compromisso de criar uma Rede Brics de Instituições de Pesquisa Laboral, compromisso que tem sua implementação iniciada na atual presidência chinesa. O objetivo principal da rede é aprofundar a cooperação entre os países do Brics, com concentração nos desafios de trabalho e emprego enfrentados por seus membros e no desenvolvimento de possíveis soluções para atingir o crescimento inclusivo.

**Leia mais:** <http://trabalho.gov.br/component/content/article?id=4841>